

Redação, Administração e Officinas
Largo da Sé n. 5 (Sobrado)

CAIXA POSTAL, 195

Endereço telegraphico: LANTERNA

Toda a correspondência deve ser dirigida ao

DIRECTOR:

EDGARD LEUNENROTH

A Lanterna

FOLHA ANTI-CLERICAL E DE COMBATE

Aparece aos sábados

PREÇOS DE ASSINATURAS

ANNO 10\$000
SEMESTRE 6\$000

PAGAMENTO ADIANTADO

No preço de assignatura para o exterior ha a differença de porte do Correio.

ONDE ESTÁ IDALINA ?

Estamos victoriosos. O Tribunal nega por unanimidade de votos que Idalina tenha sahido do Orphanato.

Para o bom nome desta terra os padres não podem deixar de ser processados.

FAÇA-SE JUSTIÇA !



IDALINA DE OLIVEIRA, a victima

Onde está Idalina ?

Hoje como hontem e agora mais do que nunca, depois do veredicto do Jury no processo movido contra a phantastica Maria Luiza ou Itala Fonte, estamos no direito de repetir aos padres do Orphanato Christovam Colombo a pergunta fatidica:

Onde está Idalina ?

Doze cidadãos, dentre os quaes um apenas é antierclial militante — o dr. Antonio Teixeira da Silva — chamados a julgar o imaginario crime da imaginaria Maria Luiza ou Itala Fonte, affirmaram, em nome da sociedade paulista offendida pelos crimes dos padres Capelli e Faustino Consoni, que Idalina de Oliveira não foi retirada do Orphanato Christovam Colombo.

Esses doze cidadãos, cujos nomes queremos deixar aqui consignados, foram os drs. Pedro Vicente de Azevedo, vereador á Camara Municipal de S. Paulo; João da Silva Telles Rudge, ex autoridade policial; Canabarro Pereira da Cunha, advogado; Luiz Oscar de Almeida Maia, advogado; Antonio Teixeira da Silva, advogado e os sr. Francisco Nicolão Baruel, chefe da casa Baruel & C.; coronel Silvestre de Moraes, Carlos José Rodrigues, Luiz de Almeida Maia, Antonio de Siqueira Coutinho e Theodoro Lorena.

Encerrados os debates, o jury, recolhendo-se á sala secreta, voltou logo depois com uma consulta escripta.

Foi a seguinte:

«O Jury, por unanimidade de votos, entendia que não estava provada a existencia da ré Maria Luiza ou Itala Fonte, pelo que consultava ao presidente do Tribunal se devia mesmo assim responder aos quesitos formulados.»

O honrado magistrado dr. Vi-

cente de Carvalho, cuja convicção é a mesma, já manifestada numa informação ao Tribunal de Justiça, deu na consultado o seguinte despacho:

«Se bem que a consulta feita envolva já uma decisão sobre a questão de facto que lhe foi submettida, volte á sala secreta para responder aos quesitos formulados, ISSO POR MOTIVO DE ORDEM MÉRAMENTE PROCESSUAL, para que não fique civado de nulidade o julgamento.»

Então o jury respondeu o quesito principal, unanimemente, negando que em dias do mez de junho de 1907 houvesse Maria Luiza ou Itala Fonte retirada do Orphanato Christovam Colombo a menor Idalina de Oliveira.

Assim, pois, ao padre Capelli, o mentiroso e falsario inventor de toda a historia e ao padre Faustino Consoni, perguntamos novamente, e bem alto gritamos a nossa pergunta:

Onde está Idalina ?

Onde está a infeliz orfã que foi confada ao Orphanato, e que de lá não tendo sido retirada, como soberanamente reconheceu a sociedade, por intermedio dos doze jurados, lá devia estar ainda a estas horas?

Onde está a infeliz filha adoptiva do sr. Domingos Stamato?

Onde está, chacaes, essa criança? Estais, ó padres mentirosos e criminosos do Orphanato Christovam Colombo, no dever inulldivel de apresentar Idalina, viva ou morta, porque hoje mais do que nunca, as nossas accusações estão de pé.

Estamos vencedores, e a justiça no iuprescriptivel dever de procurar apurar a verdade sobre o desaparecimento de Idalina.

Desde que o Jury, soberanamente, reconheceu não sómente que Maria Luiza ou Itala Fonte não retirou Idalina do Orphanato como tambem reconheceu a inexistência da imputada, é preciso

que se abra novo inquerito sobre o desaparecimento e que os padres do Orphanato sejam chamados a prestar novas declarações á Justiça.

Elles são réos e réos confessos de um crime. Mentiram, inventaram historias para encobrir o crime que haviam praticado.

Mas o crime existe, e não ha crime sem criminosos.

E nós não ficaremos satisfeitos, nem cessaremos de clamar, enquanto não ficarem desmascarados os padres do Orphanato.

Para que a Justiça possa agir, já, instaurando um processo contra os padres Faustino Consoni e Capelli, aqui vamos indicar-lhe o caminho a seguir.

Estabelece o Código Penal: Art. 290 — Sonegar, ou substituir, infante menor de 7 annos. Pena — de prisão cellular por um a quatro annos.

Art. 291 — Aquele que, tendo commettido qualquer dos crimes supra indicados, não restituir o menor soffrerá a pena de prisão cellular por DOIS A DOZE annos.

No delicto do § unico do art. 290, em face da sentença do Jury, estão incurso os padres Faustino Consoni e Capelli, porque foram encarregados pelo sr. Raphael Stamato, representante de seu irmão o sr. Domingos Stamato, da criação e educação da menor Idalina de Oliveira, e não a apresentaram a este ultimo, quando a reclamou.

O delicto não está prescripto, pois, em face do art. 85 do Código Penal, a prescriptão desse delicto é em oito annos.

Mais ainda. Os padres Faustino Consoni e Capelli estão incurso no art. 291 do Código Penal, porque não restituiram a menor Idalina ao sr. Domingos Stamato, e inventaram todo o rosario de mentiras que o Jury desprezou para furtarem-se ao cumprimento desse dever que lhes occorria.

Sendo, portanto, de DOIS A DOZE annos a pena em que podem ser condemnados a prescriptão para o crime é de 16 annos. Vamos, senhores da Justiça! Arrancaí a mascara aos criminosos do Orphanato Christovam Colombo, levando-os sem demora ao banco dos réos.

E' preciso, para que se não diga que esta terra é um feudo do jesuitismo, e que os crimes dos padres ficam todos impunes, que os padres Faustino Consoni e Capelli sejam logo denunciados e processados como incurso no art. 290 § unico, combinado com o art. 291 do Código Penal.

As taes commendas

O São Paulo, no seu numero de 18 deste, noticiou que o dr. Aquino e Castro, juiz federal, fóra, por um breve do papa, agraciado com a commenda da Ordem de S. Gregório Magno.

O Correio Paulistano, no seu numero de 19 deste, noticiou que o dr. Aquino e Castro, juiz federal, julgou improcedente a acção de esbulho intentada pela Fazenda Nacional contra frei Basílio Rover e outros occupantes do Convento de S. Francisco, nesta capital. Dispensa commentarios...

O Orphanato á barra do Tribunal

A noticia do julgamento

Caiu-nos em casa como uma brutal surpresa a noticia do importante julgamento da duplice e celebrada mulher que até aqui tem servido de taboa de salvação aos padres do Orphanato.

Estavamos todos socegradamente entregues á já desorientada normalidade do trabalho do jornal, quando entra-nos apressadamente pela redacção a dentro um companheiro que nos vinha trazer a inesperada novidade.

Apanhamos os matutinos, que ainda não tinhamos lido, e nelles fomos encontrar, perdida na secção dedicada aos tribunales, a confirmação do sensacional acontecimento.

Imagine-se a impressão produzida nos que aqui labutam. Compreendemos o alance de tal facto, puzemo-nos logo em caminhar para colher informações e providenciar naquillo que se pudesse fazer.

O socorro do nosso serviço, que já se lá tornando enervante, desapparece de momento para dar lugar á nervosa actividade dos instantes de agitação.

Que deveriamos fazer? E uns dirigem-se ao Tribunal, outros folheiam a nossa collecção procurando os numeros que trazem documentos de importancia sobre a questão e outros ainda correm em busca do amigo Benjamin Mota, que desde o inicio desta campanha tem sido o seu infatigável patrono perante a Justiça.

E' assim que nos sentimos bem no nosso modo de ser. E na luta intensa e febril que encontramos a satisfação plena da nossa obra.

Transmittida aos nossos leitores a impressão que nos produziu a noticia do julgamento da fantástica Maria Luiza-Itala Fonte, passamos a relembrar ligeiramente

Os precedentes do caso

sobre os quaes os leitores estão tão bem informados como nós, pela insistencia com que elles têm sido aqui discutidos.

Com a solução deste julgamento, o caso Idalina assume uma feição ainda mais clara e positiva, pois arrancou aos padres a sua unica taboa de salvação.

Como é sabido, os padres baseavam a sua defesa na allegação de que Idalina tinha sido entregue a essa tal Maria Luiza-Itala Fonte que ninguém conhece e nunca foi encontrada, apesar de toda a barulheira feita sobre a sua impalpavel pessoa.

Idalina de Oliveira foi internada no Orphanato pelo sr. Raphael Stamato, por ordem do seu irmão Domingos e recommendada como orfã pelo padre Nunzio Grecco. Todos no referido internato a conheciam como orfã de Francisca de Oliveira, que se suicidara em Bebedouro, deixando-a em poder do sr. Domingos Stamato, seu pai adoptivo.

Pois, apesar de não haver a menor duvida sobre a procedencia de Idalina, a gente do Orphanato vinha até agora sustentando terem entregue a menina a uma mulher que lá lhes apparecera, dizendo-se mãe da menina. Foi o que disseram ao sr. Stamato quando este a foi retirar, á imprensa e á Justiça para se defenderem das terribes accusações que lhes foram feitas.

Entregaram Idalina a uma mulher que se dizia sua mãe? E onde estão os documentos por ella fornecidos?

Não os apresentaram porque nunca os possuiram.

E quem era essa mulher? onde está ella?

Jamais o disseram, porque tal mulher nunca existiu, não passa de uma criação sua.



Benjamin Mota, o nosso infatigável
companheiro de lutas que tem agitado o caso Idalina
perante a Justiça

Até na indicação dos seus signaes característicos: todo o pessoal do Orphanato divergiu nas declarações que prestaram.

Disseram uns que era uma mulher brasileira, quasi mulata, outros uma italiana; uns que ia mal trajada, outras que vestia decentemente.

Abriu-se um inquerito, fez-se um processo, a fantástica Maria Luiza-Itala Fonte foi pronunciada e os padres escaparam pelas malhas das leis, quasi sempre benignas para com elles.

E é por isso que o Tribunal do Jury foi na quarta-feira theatro de uma ridicula farsa.

No Tribunal do Jury

Quando lá chegamos, solenni-zava-se o encerramento da actual sessão do jury.

O corpo de jurados estava reunido e, em seu nome, falava o dr. Pedro Vicente de Azevedo saudando o dr. Vicente de Carvalho, o corrector juiz que sabe alliar á severidade do magistrado a bondade do seu coração de poeta primoroso.

Terminada esta cerimonia, verificava-se

O inicio da sessão

Depois do sorteio, o conselho, que ficou composto dos jurados de que acima damos relação, tomou assento e os trabalhos foram iniciados.

Nos assentos destinados ao publico havia pouca gente. Foi-nos facil contar as pessoas presentes. Afóra os forçados habitaes de todos os julgamentos, só lá estavam uns poucos dos nossos.

Ninguém tinha tido anteriormente conhecimento de tal acontecimento. Fóra uma surpresa geral.

Só de quando em quando apparecia algum amigo, a correr, para colher informações sobre o que havia.

Depois de lido o processo, e sob consulta do presidente do Tribunal a respeito da possibilidade ou não do julgamento, sem o comparecimento das testemunhas da accusação, houve

Um incidente

O jurado dr. Teixeira da Silva pediu a palavra para declarar que não podia julgar sem o comparecimento das testemunhas, pois tinha fundas duvidas sobre a existencia da accusada, que julgava ser uma criação fantástica. Não dava o minimo credito ás pessoas do Orphanato que depuzeram no processo, por serem interessadas em manter a illusão do publico sobre a pessoa da ré.

O juiz presidente, depois de notar que das testemunhas, umas

CAUTERIOS

LXI

Nas principaes cidades da Republica Portuguesa realizaram-se, a 14 deste mez, importantes manifestações antiercliales.

(Do telegraphico).

Um viva! forte e sonante
Erguemos todos, com ardor,
Ao povo luso possante,
Que desperta neste instante
Para um futuro melhor!

Beato da Silva

se achavam em comarca diversa e outras em logar ignorado, ordenou a expedição de resoluções para serem conduzidas debaixo de vara as que aqui estão e que não compareceram.

Foi, então, que o advogado da ré, dr. A. Marrey Junior, fez sentir ao jurado reclamante que nada obteria com o comparecimento de tais pessoas, porque sendo todas do Orfanato: padres, irmãs da caridade, director e empregados não seria crível que, ali no plenário, se resolvessem a dizer o contrário do que já tinham afirmado sobre a accusada e o acto que lhe imputavam. O promotor publico, dr. Mario Pires, lembrou o alvitre de se realizarem os debates, depois dos ques e sem prejuizo da diligencia ordenada, o dr. Teixeira da Silva se manifestou novamente sobre a sua habilitação para o julgamento.

Foi accedido este alvitre.

Fala do dr. Promotor

O promotor que serviu nesta sessão é um advogado ainda bem moço, de aspecto modesto, sem aquelle forçado apurmo da maioria dos que occupam tal logar.

Falou pouco, bem pouco mesmo e não accusou. Externou logo as primeiras palavras a favor da accusada, sobre a existencia da famigerada mulher. Entendia mesma que ella não passava de uma criação fantástica.

Os jurados que deslindassem o caso e fizessem a devida justiça.

A defesa

Encarregou-se da defesa da ré o dr. Adriano Marrey Junior, nomeado curador "ad-hoc" da ré.

Desgastamos prestar também a nossa homenagem a este joven advogado, pela espontaneidade com que se encarregou da defesa de uma tão justa causa. Porém, não pudemos conseguir a tempo o seu retrato.

Não sabemos das suas convicções, pode ser mesmo que não esteja de accordo commosso.

Portou-se com justiça, com independência e isso basta-nos.

O dr. Marrey Junior é moço ainda e é tido no Forum como um advogado intelligente, que está conquistando um mercado renome.

A sua defesa foi breve como a accusação.

Louvando o procedimento correcto da promotoria, disse que nada precisaria acrescentar ás suas palavras, porque estava convencido da possibilidade da não existencia da ré, embora pudesse affirmar, porque sentia diante de si um despacho de pronuncia que a sujeitava a julgamento.

Lembra diversas contradicções em que se achavam as palavras de ambas as secções masculina e feminina, com outros testemunhos e com o menino Socrates, contradicções que os nossos leitores já conhecem e dentre as quaes citamos algumas mais acima.

Terminou chamando a especial attenção dos jurados para o numero do nosso jornal em que vem a justificação do dr. Vicente de Carvalho, provando que a retirada da menina do collegio é uma pura fantasia.

Terminados os debates o presidente do tribunal formulou.

Os quesitos

que são os seguintes:

1.º — No fim de Junho de 1907 a accusada Maria Luiza ou Itala Fonte retirou do Orfanato Christovam Colombo desta capital, mediante engano e sedução a menor Idalina de Oliveira, maior de 6 e menor de 14 annos?

2.º — Existem circumstancias atenuantes? Quaes?

O dr. Teixeira da Silva pede então novamente a palavra e declara que não podia julgar, porque não lhe era licito affirmar ou negar um acto de uma mulher que nunca existiu.

Considera o Jury uma instituição seria e por isso julgava que não se poderia sujeitar a farsa de julgar uma ré imaginaria.

O presidente do tribunal disse que a função do jurado não é guiar o processo, mas julgar o facto, somente, acrescentando que o jurado não podia eximir-se de julgar o processo. Indeféria o seu requerimento, declarando que se o dr. Teixeira da Silva tivesse duvidas sobre a existencia da ré, procedesse de accordo com a sua consciencia, negando o primeiro quesito.

Esta era a unica solução juridica, tanto mais que o jury não

tem o direito de julgar a nullidade ou não do processo.

E para conciliar as coisas suspendeu a sessão por 10 minutos para que os jurados pudessem melhor reflectir sobre o assumpto.

O conselho entrou para a sala secreta e voltou depois do tempo marcado com a consulta publicada na primeira parte desta noticia e que teve o despacho no mesmo logar inserida.

Em seguida voltam os jurados para a sala secreta.

O voto dos jurados

O conselho entrou de novo á sala secreta, de onde voltou pouco depois com o seu voto unanime respondendo negativamente ao primeiro quesito, isto é, negando que uma supposta Maria Luiza ou Itala Fonte tivesse retirado Idalina do Orfanato.

E assim vem-se agora os padres do Orfanato de má fama sem a sua unica taboia de salvaguarda.

Negando a accusação precisa que contra vós fizemos, ó sacristas! allegastes que a pobre Idalina tinha sido retirada por Maria Luiza.

Sendo essa mentira agora desmentida pela Justiça, deveis responder-nos:

ONDE ESTÁ IDALINA?

Importante circumstancia

Como dissemos acima, este julgamento foi para nós uma surpresa. Não o esperavamos.

E até o amigo Benjamin Mota, que conheceu o caso desde o seu inicio, delle não tinha conhecimento por não ter comparecido ao Forum nos ultimos dias.

Foi, como se vê, tudo feito sem a nossa minima intervenção. Venha agora a clericallinha gritar que o resultado do julgamento foi obra de arranjos conseguidos por meio de influencias de terceiros.

O despacho de pronuncia

Contrariamente ao que affirmou o *Commercio de São Paulo*, noticiando o julgamento do processo, não foi o sr. dr. Vicente de Carvalho, juiz da 3.ª vara criminal, o magistrado que proferiu o despacho julgando a denuncia improcedente contra Arthur Nobre de Godoy, procedente contra Maria Luiza ou Itala Fonte e prescripto o crime do padre Capelli.

Estava o dr. Vicente de Carvalho, que presidia o sumario, em goso de licença, quando o despacho foi proferido pelo dr. Luiz Ayres, então juiz da 2.ª vara criminal, seu substituto legal.

O honrado dr. Vicente de Carvalho, desde o inicio do processo devia ter opinado que mais tarde manifestou ao Tribunal de Justiça, e que os nossos leitores já conhecem, por ter sido publicada pela *A Lanterna* a sua luminosa informação, quando Benjamin Mota impetrou o anno passado o *habeas-corpus* em favor de Custódio Sylvestre e Maria Luiza Belloni.

A folha das sacristias

A *Gaveta do Polvo* mandou um seu redactor assistir ao julgamento e elle lá esteve até o fim tomando notas, que não foram ainda publicadas. Porque será?

Nota comica

A *Platão* publicou no dia do julgamento o cliché de Maria Magdalena com o distincto:

«A menor Idalina».

Caramba! Querá o collegio fazer concorrência ao Pastori?

Onde está Idalina?

Não poderemos encerrar estas notas senão com a fatídica pergunta:

ONDE ESTÁ IDALINA?

Sim, respondi-nos, ó pulhas santificadas!

Onde está Idalina?

Aos assignantes da S. Paulo

O nosso companheiro E. Reinos está procedendo á cobrança das assignaturas da Capital.

Chamando a attenção dos amigos de S. Paulo para as grandes dificuldades que offerece este trabalho numa grande cidade pedimos-lhes que procurem poupar-lhe as viagens inúteis, deixando em casa a importância de suas assignaturas ou que não possam ser encontradas com facilidade.



Ainda os bispos — Um juramento de fidelidade com reservas jesuíticas — O que todos entendem por obediencia ás leis e amor á patria — O patriotismo apocaliptico contra o patriotismo republicano — Três bispos deturcados; o judeu errante da Guarda á opinião republicana rejeita — Um relatório interessante e habil — Doutrina velha para regime novo — Onde se vê que, no fim de tudo, se acha a questão, a liberdade não tem nada a lucrar de qualquer das soluções — Fazem-se votos pela pronta morte do rival mais bolorento.

LISBOA, 31 DE DEZEMBRO

Ainda desta vez teré de occupar-me da questão clerical ou episcopal.

A imprensa republicana, fazendo no acto dos três prelados, que proíbiam publica e solenemente aos párocos e fieis, sob pena de excomunição especial, a constituição das associações culturais como são ordenadas pela lei, farejando, digo, um plano concertado e uma revolta colectiva contra as instituições vigentes, lembra as promessas de fidelidade ao novo regime feitas pelo episcopado lusitano e faz assim ressaltar a perfidia da rebeldia actual.

Mas que prometeram os bispos? A avaliar pelas três declarações, que conheço, endereçadas em junho ultimo, a convite do ministro da justiça, ao director geral dos negocios ecclesiasticos, os reverendissimos jesuitas miraflores fizeram as sabidas e salvadoras reservas sem renegarem das intenções reservadas, que ficaram no tinteiro.

O bispo de Lamego, acclamando do sempre como principio e norma de proceder a obediencia aos poderes constituidos, dizia que *lei sempre, isto é, que não tinha outro remedio senão respeitar e acatar o novo regime proclamado, na esperança de que havia de administrar o pais com prudencia, rectidão e justiça*; e o arcebispo de Braga prestava «todo o acatamento e respeito aos poderes publicos e autoridades legitimamente constituídas da Nação Portuguesa» e tinha «por dever indissolavel obediencia e lealdade sempre tinha feito *em tudo que não seja contrario á justiça*».

Declarações desta natureza poderiam ter sido firmadas, em rigor, por anarquistas, inimigos da propriedade do Estado, se os anarquistas tivessem sido a isto coagidos pela violencia e se não preferissem, como preferem, falar com toda a franqueza e sem aquiescencia dos cheios de reservas mentais de que os jesuitas são insignes professores.

Todos prestam voluntariamente obediencia ás leis, «em tudo que não seja contrario á justiça», — e da justiça, naturalmente, dá cada um a sua definição propria, de accordo com os seus interesses e as suas ideias.

Os bispos, os padres pregam em geral submissão ás leis do Estado, mas quando o Estado os compensa com o favor reciproco, assim como aconselham ferventemente o amor da patria, quando esta patria significa o seu interesse e o seu pacifico dominio. Afinal, todos os donos da patria tem dela a mesma concepção particularista; e todas as suas paixões e todos os seus desejos são evangelizados em nome do patriotismo — palavra que para os partidos opostos torna as mais oppostas significações.

Assim os nossos antistes, depois de terem clamado aos catholicos que pusessem acima de tudo a sua consciencia de fieis, apelam para a benevolencia dos poderes do Estado em nome da patria em perigo, exposta ás graves contingencias duma luta intestina. Vale a pena, creio, transcrever o fecho duma representação que ao presidente da republica foi dirigida pelos miraflores, contra o guarda e em favor de uma modificação da lei separadora:

Dizemos mais: se se quer devesse assegurar a independencia e autonomia nacional, é mister conjurar os perigos que consigo inevitavelmente acarretaria a luta religiosa, que, cavando um abismo entre crentes e descrentes, dividia em dois grupos irreconciliaveis a familia portugueza, e enfraquecia profundamente a resistencia e a vitalidade nacional em face das potencias mais fortes e poderosas. A v. ex. c., presidente, ao parlamento e ao governo cumpre ponderar sollicita e reflectidamente a gravidade inegavel da situação interna e externa do nosso pais, e ter presentes os momentaneos deveres, que nesta hora critica assumiram sobre si. A peritidade tornaria os actuaes legisladores e governantes responsaveis pelas consequências funestas que não seoubessem ou não quisessem prevenir; e a historia, em sua inflexivel justiça, teria de registrar com desdouro os nomes daqueles que, por desgracia sua e nossa, contribuissem para ser apelo do mapa da Europa o nome glorioso de Portugal.

Inutil seria dizer que, do seu lado os partidarios da lei respondendo que são os bispos os provocadores de disturbios, os pescadores de aguas turvas, os inimigos da patria e até da religião de paz e amor que dizem defender, embora defendam na verdade a unica e exclusivamente os seus interesses de seita.

Nem o Estado detém a sua mão justiciera... Com um novo decreto, largamente fundamentado, o ministro da justiça acaba de expulsar por dois annos do distrito onde residiam os três chefes de diocese que aconselharam a desobediencia a uma prescrição da lei separadora, e para o fazer não pediram beneficiários para as suas pastorias. Expulsão e perda dos beneficios materiais do Estado. E assim um d'elles, o bispo da Guarda, já está inhibido de habitar em dois distritos: mais quinze condenações destas — e lá vá elle parar ás ilhas ou ao Brasil.

Diz-se que a opinião republicana está entusiasmada com a energia ministerial — e é bem possivel que o gesto pareça belo, sobretudo aos pequenos, tão acostumados a ver a justiça poupar indulgentemente os grandes.

A pena é, sem dúvida, minúscula e vem deladamente embulhada em pacientes explicações: o ministro julgou-se mesmo na obrigação de mandar affixar em editais, na área das dioceses dos expulsos, o longo relatório justificativo; mas tem as apparencias de um castigo — e trata-se de personagens altamente graduados, de prelates da Igreja, ainda lá pouco membros, por direito de função, da canmra dos pares, grandes do reino, que faziam cair ministros e eram cheios de regalias e prerrogativas.

No relatório do decreto de expulsão, os direitos do Estado e a lei que d'elles separou a Igreja... sem a separar muito bem, são habilmente defendidos; e poucos serão talvez os que sorriam, vendo um governo de Estado democratico apoiar-se gostosamente no regalismo tradicional dos regimes monarchicos e absolutos do passado...

Enfim... como está a questão, se o Estado recua, é para a Igreja um aumento de prestigio e de poder, por mais difficil que seja restituir-lhe o vigor antigo; se é a Igreja que perde, fica o Estado armado contra outros, bem mais dignos de liberdade do que a velha megera medieval...

Sejam, porém, generosos... E talvez preferivel que o Estado seja o vencedor neste ponto, porque nos resta a esperança de ser elle depois o unico inimigo a combater, e mais vale um só bloco inimigo, individual, do que dois, aparentemente rivais entre si, e chamando para as suas lutas ficticias as atenções e as energias dos verdadeiros amantes de todas as liberdades e de todas as reivindicações...

Mas será isso bem certo?...
Neno Vasco

religiosa, que, cavando um abismo entre crentes e descrentes, dividia em dois grupos irreconciliaveis a familia portugueza, e enfraquecia profundamente a resistencia e a vitalidade nacional em face das potencias mais fortes e poderosas. A v. ex. c., presidente, ao parlamento e ao governo cumpre ponderar sollicita e reflectidamente a gravidade inegavel da situação interna e externa do nosso pais, e ter presentes os momentaneos deveres, que nesta hora critica assumiram sobre si. A peritidade tornaria os actuaes legisladores e governantes responsaveis pelas consequências funestas que não seoubessem ou não quisessem prevenir; e a historia, em sua inflexivel justiça, teria de registrar com desdouro os nomes daqueles que, por desgracia sua e nossa, contribuissem para ser apelo do mapa da Europa o nome glorioso de Portugal.

Inutil seria dizer que, do seu lado os partidarios da lei respondendo que são os bispos os provocadores de disturbios, os pescadores de aguas turvas, os inimigos da patria e até da religião de paz e amor que dizem defender, embora defendam na verdade a unica e exclusivamente os seus interesses de seita.

Nem o Estado detém a sua mão justiciera... Com um novo decreto, largamente fundamentado, o ministro da justiça acaba de expulsar por dois annos do distrito onde residiam os três chefes de diocese que aconselharam a desobediencia a uma prescrição da lei separadora, e para o fazer não pediram beneficiários para as suas pastorias. Expulsão e perda dos beneficios materiais do Estado. E assim um d'elles, o bispo da Guarda, já está inhibido de habitar em dois distritos: mais quinze condenações destas — e lá vá elle parar ás ilhas ou ao Brasil.

Diz-se que a opinião republicana está entusiasmada com a energia ministerial — e é bem possivel que o gesto pareça belo, sobretudo aos pequenos, tão acostumados a ver a justiça poupar indulgentemente os grandes.

A pena é, sem dúvida, minúscula e vem deladamente embulhada em pacientes explicações: o ministro julgou-se mesmo na obrigação de mandar affixar em editais, na área das dioceses dos expulsos, o longo relatório justificativo; mas tem as apparencias de um castigo — e trata-se de personagens altamente graduados, de prelates da Igreja, ainda lá pouco membros, por direito de função, da canmra dos pares, grandes do reino, que faziam cair ministros e eram cheios de regalias e prerrogativas.

No relatório do decreto de expulsão, os direitos do Estado e a lei que d'elles separou a Igreja... sem a separar muito bem, são habilmente defendidos; e poucos serão talvez os que sorriam, vendo um governo de Estado democratico apoiar-se gostosamente no regalismo tradicional dos regimes monarchicos e absolutos do passado...

Enfim... como está a questão, se o Estado recua, é para a Igreja um aumento de prestigio e de poder, por mais difficil que seja restituir-lhe o vigor antigo; se é a Igreja que perde, fica o Estado armado contra outros, bem mais dignos de liberdade do que a velha megera medieval...

Sejam, porém, generosos... E talvez preferivel que o Estado seja o vencedor neste ponto, porque nos resta a esperança de ser elle depois o unico inimigo a combater, e mais vale um só bloco inimigo, individual, do que dois, aparentemente rivais entre si, e chamando para as suas lutas ficticias as atenções e as energias dos verdadeiros amantes de todas as liberdades e de todas as reivindicações...

Mas será isso bem certo?...
Neno Vasco

Josuitismo agudo — cura se com duchas da Lanterna

Aos nossos assignantes
Afim de nos poupar um grande trabalho, pedimos aos nossos assignantes que transfiram de residencia, não communicando a primitiva residencia,

NO RIO Brutalidade Inqualificavel

A POLICIA DO CATHOLICISSIMO S. BELISARIO ESPANCA INDEFESOS OPERARIOS — QUEM SEMEIA VENTOS...

A maneira traçoira, brutal e deshumana como foram tratados pela policia da capital da Republica, que tem por chefe um *santo*, alguns dos operarios que fazem parte das classes que ora se agitam e se estão organizando pacificamente para a luta pela reivindicção dos seus direitos de homens no seio da sociedade, precisa ser relatada mais fielmente do que o foi pelas folhas diarias que trataram do caso.

Como se sabe, reuniu-se no dia 15 do corrente, á noite, na sede da Federação Operaria, á rua General Canara, a classe da Construção Civil para tratar da fundação do seu syndicato.

A's oito horas já o salão era pequeno demais para conter aquelles que tinham corrido ao apello que lhes havia sido feito dias antes, por meio de um pequeno manifesto espalhado profusamente por um grupo de operarios da classe.

Não havendo mais logar na sala, foi a rua se enchendo pouco a pouco de trabalhadores, a ponto de ser difficil transitar por aquelle trecho.

Pouco depois dessa hora foi aberta a sessão pelo operario José Rodrigues, o qual expoz aos presentes os fins que tinham em vista, e os seus companheiros, convocando a classe para essa reunião.

Falaram em seguida outros oradores, todos concitando o operariado a unir-se, a abandonar as tabernas e o alcool, a não se immiscuir na luta estereis dos partidos politicos e pessoas dominantes, que nada poderão trazer de util e proveitoso ás classes exploradas por esses mesmos partidos.

Tinha tudo até então corrido na melhor ordem, quando a porta da Federação para um automovel, sendo o edificio immediatamente invadido e assaltado por uma chusma de bealeguins e esbirros da policia que, como verdadeiros brutos, se apoderaram das pessoas de nove pacificos trabalhadores, levando-os para a Central.

Aqui é que a maior indignação se apoderou de nós ao termos de descrever a scena que se passou em uma grande sala, em presença da autoridade que a ella presidia.

Para se ter bem uma ideia do que foi esta scena, é preciso que o leitor se figure uma malta de cães, como vemos por ali representada em quadros, a perseguir a caça, procurando, cada qual mais feroz, dar a sua dentada na victima sem defesa!

Sob nossa dignidade de homens affirmamos que não ha o menor exaggero no que vamos narrar. Mettidos os nove presos em um circulo de agentes armados, chama a autoridade que preside a scena o operario carpinteiro José França.

Logo á primeira resposta, defendendo-se, que profere contra as accusações que lhe são feitas, estala-lhe em pleno rosto uma bofetada! Calmo, entretanto, supporta a affronta dos dignos representantes da Lei, porém extranha que da parte da autoridade que a ella assiste não parta o menor signo de reprovação a tão indigno quão covarde procedimento. Pelo contrario, nova bofetada fa-lo cambalear!

Não parece que estamos no seculo XVI, diante do interrogatorio de uma victima pelos familiares do Santo Officio?

Prosigamos. Não podendo mais conter-se, perdendo toda a calma, louco de colera, o homem assim offrontado manda sobre o fuceino mundo que primeiro se apresenta, com toda força, o punho cerrado. Foi o bastante para que toda a malta cessasse os seus instinctos bestiaes sobre a victima, deixando-o em lamentavel estado.

Chegou a vez das segunda e terceira victimas — os operarios Candido Costa e José Rodrigues — sobre os quaes repetiram-se os mesmos actos de *bravura*! Candido Costa chegou a perder os sentidos devido a um pontapé

que levou no ventre. Antes, como contou a quem escreve estas linhas, tinha pego em algar-se da janella do 2.º andar á rua para assim livrar-se, mesmo pela morte, á sanha de tais feras.

A autoridade sob cujas vistas ou por ordem de quem se executavam estes horrores, estas socas barbares e depredantes, era com certeza um destes typos degenerados de que nos fala Kropotkin, sahidos ainda mais pervertidos das escolas de Direito; algum filho de antigos senhores de escravos, sob cujas vistas, na infancia, se passaram scenes identicas á que ora presidia! Faz com certeza parte destes entes que já vêm ao mundo tarados, typos predispostos ao mal, incapazes de se elevarem ás alturas onde o homem sente a infelicia de não mais se comparar aos brutos, estando nelles dominado pela razão todo instincto mado da fera.

Terminado o que acabamos de narrar, foram todos recolhidos ao xadrez, permanecendo incommunicaveis até segunda ordem.

Vinte e quatro horas depois foram postos em liberdade, sob ameaças as mais ferozes de terem a infelicia de cahir de novo nas mãos da policia do Santo!

Senhores da Lei, suprima da vossa esfarfapada Constituição o tal art. 72, porque os senhores, ficareis á vontade para agir contra aquelles que vos perturbam as longas digestões, o seu duradoiro ou os gosos refinados da vida. Porém ficai justos que no dia do grande ajuste de contas, que não vem longe, estamos certos, os martyrisados de hoje, os espiados, os esfarfapados e famintos saberão o que têm a fazer.

Lembrari-vos, é insensatos instrumentos desta burguezia avara e rapinante, nascida e libertada por um erro do povo na Grande Revolução que ainda tem de ser completada na sua parte essencial, na parte que diz respeito á igualdade economica absoluta para todos.

Vós mesmos, cégos que não quereis ver, com os vossos processos barbares, nada mais fazeis que precipitar os acontecimentos, despertando energias, excitando cada vez mais o odio dos explorados contra os exploradores; aumentando, engrossando, arrematando já já hoje legião da Internacional dos trabalhadores irmanados, que as vossas prisões e vossas torturas não conseguiram mais entravar a marcha para o triumpho final!

Nós os trabalhadores somos todos irmãos, é preciso que disso vos convençais, qualquer que seja a latitude em que viveis e a natureza. Não tendes mais o poder de nós desunir.

Temos entretanto um profundo desprezo por estes infelizes que por um pedago de pão trêm os seus irmãos proletarios, por bem-estar de todos, de cuja inscousciencia vos servis para que se tornem vossos instrumentos cegos e brutos, como estes que executaram as vossas ordens de baixa vingança.

Ao desprezo e para a frente!
Paulo Jurema.

Estamos fazendo uma larga distribuição da LANTERNA, enviando-a a todas as pessoas que julgamos estarem de accordo com o seu programma.

Consideramos, portanto, como nossos assignantes todos aquelles que não devolverem o primeiro numero recebido.

No Rio e na Central

O nosso companheiro José Romero embarca amanhã para proceder a cobrança das assignaturas da linha Central e do Rio.

Os amigos da *Lanterna* de todas as cidades da Central e da capital da Republica prestar-lhe-ão um auxilio contribuindo para que essa viagem seja o mais rapida possivel, pois dentro de breves dias terá de ser iniciada a cobrança da linha Mogiana.

No Rio José Romero estará á disposição dos assignantes e dos companheiros que recebem pacotes, na rua do Senado, 63.

Tenham em conta os amigos da *Lanterna* que ella vive inteira e exclusivamente das entradas de assignaturas. A venda em pacotes mal chega para cobrir o seu custo.

E neste momento temos muitos compromissos a satisfazer.

